

O **OMNIDEF ANALYSIS** é uma publicação mensal composta de análises\* acerca de temas constantes nas edições do mês anterior do **OMNIDEF** e considerados de maior relevância no contexto da Defesa Nacional.

### Vídeos Relacionados



**China is 'seriously challenging' peace in Taiwan, President Tsai Ing-wen says**

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)

**India and Pakistan: Rivals in a nuclear arms race**  
Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)



**Israel faces new election as Netanyahu fails to form coalition**

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)



\*As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra (ESG), do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A ESG não é responsável pelos sites de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de links ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

### Destaques do Mês

#### GEOPOLÍTICA E SETORES ESTRATÉGICOS

- **40 ANOS DE TENSÃO NO ESTREITO DE TAIWAN: A LEI DE RELAÇÕES COM TAIWAN E A POSIÇÃO DA PRESIDENTE TSAI**
- **ESTRATÉGIA INDIANA: COMBATENDO OS LIMITES DA DISSUAÇÃO**
- **OS RESULTADOS ELEITORAIS DE ISRAEL MOSTRAM UM AMPLO CONSENSO EM RELAÇÃO A DEFESA E POLÍTICA EXTERNA**

### Corpo Editorial

**Editor:** Ricardo A. Fayal.

#### Conselho Editorial:

Danilo Marcondes de Souza Neto;

Guilherme Lopes da Cunha;

Jacinto Maia Neto.

**Editor Auxiliar:** Marcos do Vale Araujo

**Auxiliar de Tradução:** Gabriela Paulucci da Hora Viana

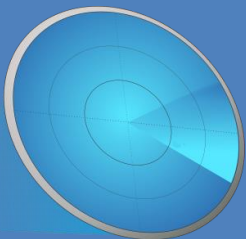
### Pesquisadores da Edição

**Wilson de Jesus Beserra de Almeida** – Pós-doutorado pela Universidade Nacional de Taiwan, Universidade de Wisconsin-Madison e Universidade de Georgetown

**Sai Felicia Krishna-Hensel** – Diretora do Global Cooperation Initiative (CGI)

**Efraim Inbar** – Presidente do Jerusalem Institute for Strategy and Security (JISS) e PhD pela Universidade de Chicago.





## GEOPOLÍTICA E SETORES ESTRATÉGICOS

### ANÁLISE 1

#### 40 anos de tensão no Estreito de Taiwan: A Lei de Relações com Taiwan e a posição da Presidente Tsai

\*Para acessar a versão original em inglês da análise, [CLIQUE AQUI](#)

**Autor:** *Wilson de Jesus Beserra de Almeida*

Tsai Ing-wen, democraticamente eleita Presidente de Taiwan, desde 20 de Maio de 2016, é também política, acadêmica jurídica e advogada. Sendo a primeira mulher a ser eleita para o cargo, Tsai é a sétima presidente da República da China em Taiwan, sob a Constituição de 1947, e a segunda presidente do Partido Progressista Democrata (PPD);

Ela é também a primeira presidente a ser de descendência Hakka e aborígina, e a primeira a ser popularmente eleita sem antes ter servido como Prefeita de Taipé. A Presidente Tsai foi candidata pelo Partido Progressista Democrático nas eleições de 2012 e 2016.

A República da China foi um membro integral das Nações Unidas e um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança entre 1945 até 1971, tendo sido um dos membros fundadores, e o primeiro país a assinar a Carta das Nações Unidas em Agosto de 1945.

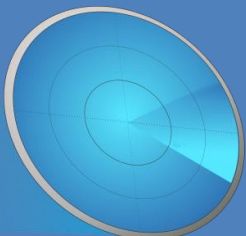
Os ganhadores da Segunda Guerra Mundial (República da China, Reino Unido, França e Estados Unidos), fundadores da Organização, elaboraram a Carta das Nações Unidas em 1944, que foi ratificada em 26 de Julho de 1945 por representantes de cinquenta nações, incluindo o Brasil. Em reconhecimento pelo longo esforço contra a invasão Japonesa, a China recebeu o direito de ser o primeiro país a assinar o documento.

No final da administração Nixon, as relações entre Estados Unidos e China sofreram grandes mudanças. Henry Kissinger foi encarregado de visitar a China secretamente para realizar os primeiros contatos de reaproximação. Em 1979, os EUA convidaram a China para formar uma união com Japão e Europa Ocidental contra a União Soviética. Como resultado desta parceria, a China apoiou as operações americanas no Afeganistão contra a União Soviética, e os Estados Unidos revogou seu acordo de defesa com a República da China (RdC) em Taiwan, entre outras ações.

O governo de Chiang Ching-kuo, da República da China, mobilizou seu lobby nos Estados Unidos para pressionar o Congresso a garantir a segurança da ilha. Como argumento, ele usou o sentimento anticomunista nos EUA no contexto da Guerra Fria; bem como evidências da redução das liberdades religiosas na China comunista. A Lei de Relações com Taiwan foi publicada em Abril de 1979, e completou 40 anos em Abril de 2019.

[Continua]





A Presidente Tsai mobilizou os "think tanks" de Washington para uma conferência e um debate sobre a posição de Taiwan, e as novas ações da República Popular da China (RPC). Em seu discurso, ela adicionou a responsabilidade do líder nacional em prol da defesa dos interesses dos 23 milhões de cidadãos de Taiwan, e foi cautelosa ao fazer acusações sobre o papel que a China continental tem desempenhado nos fóruns em qual opera.

Ela recordou a Lei de Relações com Taiwan (LRT), e os compromissos assumidos pelos Estados Unidos sobre parceria econômica e defesa comercial. Sobre isso, ela disse: "Espero, então, que os Estados Unidos possam deixar claro, com bastante ênfase, que considera a segurança de Taiwan vital para a defesa da democracia, tanto aqui, como em todo o mundo".

De forma breve, a essência do discurso presidencial foi de que as relações ente os Estados Unidos com o continente Chinês nos últimos 40 anos foram desproporcionais, crescendo mais no lado Chinês em relação à Taiwan. As relações entre os Estados Unidos, China e Taiwan não serão sustentáveis por muito tempo, é necessário, urgentemente, realizar ações que garantam a paz, sendo essa a principal declaração contida no discurso da Presidente Tsai.

Embora, até agora, os Estados Unidos tenham tido êxito em evitar um ataque Chinês nesses 40 anos, os riscos aumentam à medida em que o poder econômico e militar da China cresce. O Partido Comunista Chinês, como citado pela Presidente Tsai, aumenta as atividades de política e subversão através da Frente Unida e outras campanhas de medidas ativas para afetar os sistemas sociais e econômicos de Taiwan.

Como resultado desta análise, pode-se visualizar que o governo Taiwanês sente forte pressão da China continental, e pede aos EUA que cumpram o Ato de Relações com Taiwan de 1979, onde existe um compromisso de defesa mútua e apoio econômico. Hoje existe um impasse, pois a China continental está pressionando o governo do Partido Progressista para avançar nas negociações que devolvem Taiwan à mesma. E o povo de Taiwan, em sua maioria, prefere ater-se aos valores conquistados: de liberdade, democracia e livre comércio. ■

## Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

*Asia Times – 10/08/2019*

### **Dark clouds over Taiwan Strait**

Taiwan's political atmosphere is growing more fervid as its general election draws nearer and there is growing momentum in Washington for judging that Beijing's bullying of Taiwan is escalating at intolerable rates.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

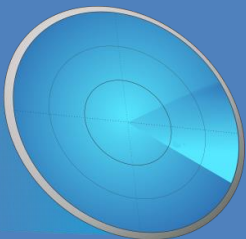
*Extra – 23/08/2019*

### **Travessia de navio militar dos EUA pelo Estreito de Taiwan pode elevar tensão com Pequim**

Um navio da Marinha dos Estados Unidos atravessou o Estreito de Taiwan nesta sexta-feira, voltando a atizar um dos atritos crescentes no relacionamento dos EUA com a China. Os militares dos EUA aumentaram a frequência de suas movimentações de transporte pela rota marítima estratégica diante da oposição da China.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





### GEOPOLÍTICA E SETORES ESTRATÉGICOS

#### ANÁLISE 2

#### Estratégia Indiana: combatendo os limites da dissuasão

\*Para acessar a versão original em inglês da análise, [CLIQUE AQUI](#)

**Autora:** Sai Felicia Krishna-Hensel

Após a divisão do subcontinente em 1947, a Índia e o Paquistão têm estado em perpétuo estado de confronto e conflito. Um estado contínuo de ataques e contra-movimentos têm caracterizado sua relação. Os dois vizinhos envolveram-se em várias guerras importantes, resultando em muitas fatalidades, bem como inúmeras batalhas pelas regiões fronteiriças. Isso levou à esforços para desenvolver suas respectivas capacidades militares por meio da aquisição de armamentos sofisticados, apoiados eventualmente por uma dimensão nuclear.

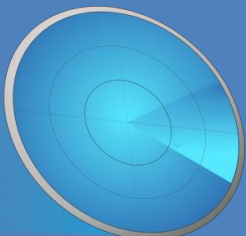
A nível convencional, os dois lados não são equilibrados, devido aos cerca de 3 milhões de militares da Índia em comparação ao menos de 1 milhão do Paquistão, e também por sua vantagem adicional do tamanho territorial, o que promove à Índia mais opções estratégicas na base de recursos militares no interior e fora do alcance de seus vizinhos. O Paquistão, por outro lado, teve que concentrar seus recursos perto de suas fronteiras. A Índia tem argumentado freqüentemente que a estratégia do Paquistão é esperar no nível sub-convencional, tornando arriscado para a Índia utilizar sua vantagem convencional durante o conflito, devido à ameaça de escala nuclear de seu vizinho menor.

O que permanece desconhecido é se esta é uma suposição confiável, dada a propensão do Paquistão em investir em decisões de resposta nuclear em comandantes locais, que podem ser menos contidos ao contemplar um tal modo de ação. É exatamente nessa preocupação que o Paquistão se baseia para exigir moderação por parte das forças indianas, que estão criticamente cientes do firewall nuclear em suas capacidades. Isso tem orientado o pensamento estratégico da Índia ao longo dos anos e tem gerado uma abordagem historicamente cautelosa. Este fato parece estar mudando à medida que a Índia considera alternativas que podem ser mais arriscadas, mas mais eficazes.

A decisão estratégica de continuar a encontrar uma utilização eficaz das forças convencionais contra ataques sub-convencionais parece estar ganhando algum progresso entre os planejadores estratégicos. O desenvolvimento de uma abordagem baseada em esforços limitados em território adversário para alcançar objetivos específicos conhecidos como “Cold Start” tem ganhado cada vez mais apoio entre a liderança militar da Índia. A estratégia baseia-se no raciocínio de que os objetivos limitados podem ser alcançados antes que a escalada possa ocorrer, e depende do peso da intervenção internacional para facilitar um cessar-fogo antes que as armas nucleares possam ser liberadas. A doutrina baseia-se na mobilização rápida e no movimento preventivo. Essa abordagem pressupõe uma gama de ações admissíveis, logo abaixo do limiar nuclear, e depende de uma resposta racional dos atores, na qual a escalada não seria do interesse mais amplo dos atacados. Inspirar essa tática é a suposição de que a ampliação do limiar de risco pode ser realizada com a confiança de que a retaliação resultante não seria suficiente para impedir a possibilidade nuclear.

[Continua]





Trata-se claramente de um risco calculado, concebido como uma abordagem manipuladora da dissuasão. Apesar da afirmação do Paquistão de que a força nuclear está em cima da mesa, ambos os países continuam a depender de armas convencionais e ambos os lados estão investindo nas tecnologias mais modernas disponíveis para eles. A China é um dos principais fornecedores de armas para o Paquistão, incluindo os sofisticados aviões de combate JF-17', submarinos de ataque, vigilância e drones armados. Em alguns casos, a China também concordou em compartilhar tecnologia para facilitar a fabricação local. Gradualmente, as armas chinesas de alta tecnologia estão substituindo as versões americanas com as quais o Paquistão costumava contar.

A Índia também acelerou suas aquisições de Defesa e aumentou seu orçamento em cerca de 8%. Seu Plano de Perspectiva Integrada de Longo Prazo (LTIPP) é projetado para avaliar os requisitos específicos do Exército, Marinha e Força Aérea, incluindo, entre outros, obuseiros, AWACS (Sistema Aéreo de Alerta e Controle), sistemas de mísseis, sistemas de controle de voo, VANTs, aeronaves anfíbias, armas lançadas via ar e submarinos. O setor manufatureiro de defesa da Índia está relativamente subdesenvolvido, o que a torna um dos maiores importadores de equipamentos de defesa convencionais do mundo. A dependência mundial da Rússia foi ultrapassada por uma crescente diversificação de fornecedores dos EUA, Israel, Coréia do Sul, França, Suécia, nações que produzem o hardware e software militar específico que a Índia está buscando atualizar.

Além disso, o atual governo vem enfatizado a necessidade de "make in India" (fazer na Índia) para desenvolver o setor manufatureiro local, incluindo a defesa, para que a dependência de fontes externas de suprimento possam ser substancialmente reduzidas ao longo do tempo. Algum progresso foi feito nesta iniciativa, mas continua a ser uma solução a longo prazo para as necessidades de defesa da Índia. É provável que a elaboração da estratégia contemporânea da Índia continue nos próximos anos, à medida que a administração que retorna seja reforçada por um claro mandato público que avance com a recalibração da política militar. A recente eleição foi um reconhecimento da priorização das preocupações de segurança em detrimento das decepções econômicas do mandato anterior. Além disso, parece haver um reconhecimento de que o ritmo da auto-suficiência na produção de defesa precisa ser acelerado, ao mesmo tempo que se fortalecem as relações com as indústrias e fornecedores de defesa ocidentais. Há razões para crer que o Paquistão tenha sido marginalizado por agora, pois luta contra uma economia desafiada e uma capacidade militar diminuída. É provável que a estratégia da Índia promova o objetivo de alcançar uma supremacia decisiva na região. ■

### Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

*Al Jazeera – 05/08/2019*

#### **India revokes disputed Kashmir's special status with rush decree**

The Indian government has rushed through a presidential decree to scrap a special status for India-administered Kashmir, the most far-reaching political move on the disputed region in nearly seven decades.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

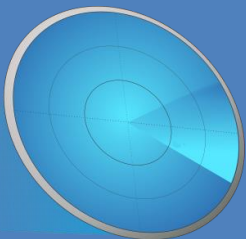
*The Guardian – 14/08/2019*

#### **Kashmir: Imran Khan says Pakistan will 'teach India a lesson'**

Pakistan's prime minister, Imran Khan, has threatened to "teach Delhi a lesson" and vowed to fight until the end against any Indian violations in disputed Kashmir.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





## GEOPOLÍTICA E SETORES ESTRATÉGICOS

### ANÁLISE 3

#### Os resultados eleitorais de Israel mostram um amplo consenso em relação à defesa e política externa

\*Para acessar a versão original em inglês da análise, [CLIQUE AQUI](#)

**Autor:** Efraim Inbar

A recente campanha eleitoral israelense foi acalorada e desagradável. Nota-se que a personalidade e os problemas legais de Benjamin Netanyahu, e não as suas políticas, foram o foco dos ataques da oposição. De fato, pode-se discernir um amplo consenso em Israel para as políticas diplomáticas e de defesa do governo que se encerra.

Ambos os partidos Likud e Blue-White quase inteiramente ignoraram a ampla questão palestina durante toda a campanha eleitoral. E quando eles fizeram referência ao assunto, os líderes do partido Blue-White asseguraram ao eleitorado que eles não eram de "esquerda", e não estavam contemplando nenhuma retirada da Cisjordânia. O Partido Trabalhista - ainda identificado nas mentes de muitos com o fracassado processo de Oslo - também evitou em grande parte a questão. Apenas Meretz, à margem esquerda do espectro sionista, se queixou da falta de foco nos planos de paz.

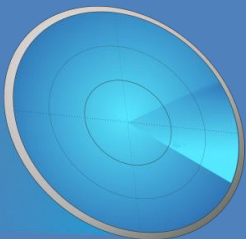
Nem o lançamento antecipado em junho do plano de paz dos EUA, "The Deal of The Century" (O Negócio do Século), gerou qualquer debate durante a campanha eleitoral. Os israelenses mal conheciam o esboço do plano de Trump, mas todos conhecem a natureza da resposta palestina - uma rejeição fora de controle, como foi o caso dos planos de paz anteriores. Na verdade, os israelenses não têm ilusões sobre a Autoridade Palestina. A grande maioria está de acordo com a política praticada por Netanyahu e apoiada pelo estabelecimento de defesa: "gestão de conflitos". Esta abordagem procura limitar o sofrimento de ambos os lados da situação atual, empregando a política da "cenoura e porrete", evitando perigosas manobras diplomáticas.

Enquanto os israelenses estão fartos dos ataques do Hamas a partir de Gaza, apenas os partidos de extrema-direita expressaram críticas à política governamental, defenderam a invasão de Gaza e a erradicação dessa organização terrorista. No entanto, a posição dura em Gaza do Novo Partido de Direita não o salvou da eliminação política, assim como também não salvou as ofertas dos líderes da Blue-White sobre como lidar com as políticas do Hamas, que eram diferentes das de Netanyahu.

Deu-se muita importância na mídia em relação a frustração no Sul de Israel, ao longo da fronteira de Gaza, com a falta de ação de Netanyahu para com o Hamas, mas seu partido ganhou decisivamente em todas as cidades dessas áreas afligidas. O eleitorado israelense defende a abordagem cautelosa adotada pelos governos de Netanyahu, que é "cortar a grama" em Gaza de forma limitada apenas quando realmente necessário.

[Continua]





Essa abordagem estabelece metas políticas e militares limitadas, refletindo a suposição de que Israel se encontra em um conflito prolongado e intratável. O uso da força em tais circunstâncias não se destina a atingir objetivos políticos impossíveis, mas sim, degradar as capacidades inimigas quando necessário, numa tentativa de deter temporariamente o inimigo e forjar períodos de silêncio ao longo das fronteiras de Israel.

O público israelense saudou o reconhecimento do Presidente Trump da soberania israelense sobre as colinas de Golã, e a designação do Corpo de Guardas da Revolução Islâmica do Irã como uma organização terrorista estrangeira. Há um amplo consenso em Israel sobre a importância estratégica de Golã, e sobre o imperativo de mantê-lo sob soberania israelense. Da mesma forma, a maioria dos israelenses concorda com Netanyahu que o Irã é uma grave ameaça à segurança nacional de Israel, e saudaram o movimento americano para aumentar a pressão sobre o regime islâmico em Teerã. De forma mais geral, a proeza diplomática de Netanyahu em desenvolver fortes laços com a Rússia, Índia, Brasil e países do Mediterrâneo Oriental, e sua boa reputação em partes do mundo árabe, estavam claramente entre seus mais eficazes panoramas eleitorais. A coesão nacional é um ingrediente crítico para Israel no enfrentamento bem-sucedido dos graves desafios de segurança nacional que se aproximam. Felizmente, as eleições de 2019 mostram que um amplo consenso diz respeito à defesa e às questões diplomáticas. ■

### Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

*The Times of Israel – 13/08/2019*

#### **Israel and Hamas both said taking steps to secure Gaza border after breaches**

Authorities on both sides of the Israel-Gaza border launched efforts this week to prevent infiltration attempts into Israeli territory, following three such incidents by armed terrorists over the course of 10 days. The Hamas terror group, which rules the Strip, deployed additional troops to the frontier in a bid to prevent breaches of the border fence, understanding that these cross-border attacks risked provoking a harsh response by the Israeli military, according to the Palestinian Amad news outlet.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

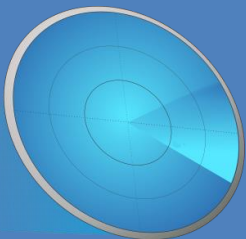
*The Jerusalem Post – 19/08/2019*

#### **Hamas dismisses Netanyahu's threats as part of election campaign**

Hamas spokesman Abdel Latif Knaum responded on Tuesday morning to Prime Minister Benjamin Netanyahu's threats, saying, "Netanyahu's threats to embark on a military campaign in the Gaza Strip are empty. They come as part of the election campaign and for internal propaganda needs." Knaum continued, "The blows he suffered from the resistance during his long tenure as prime minister, including the recurring wars in the Gaza Strip, made his soldiers prisoners, dead or wounded."

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





## Escola Superior de Guerra (ESG)

Fortaleza de São João - Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22291-090

Tel.: (21) 3545 9889 / Fax (21) 3545 9971

[cee@esg.br](mailto:cee@esg.br)

As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra, do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A Escola Superior de Guerra não é responsável pelos sítios de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de *links* ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

O autor cedeu à Escola Superior de Guerra – ao Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos – os direitos de reprodução do material e quaisquer transcrições para o meio impresso e/ou digital a partir do material original, para edição, reprodução e publicação impressa e/ou em mídias digitais em língua portuguesa, ou em outros idiomas, por tempo indeterminado. Fica assegurado, portanto, o direito de dispor deste material para divulgá-lo em outros canais oficiais do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Instituto de Geopolítica e Estudos Estratégicos.

